



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# O poder dos livros de leitura no início do século XX

Marcia de Paula Gregorio Razzini

**Como citar:** RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. O poder dos livros de leitura no início do século XX. *In:* MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **História do ensino de leitura e escrita:** métodos e material didático. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 291-314.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0541-4.p291-314>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# O PODER DOS LIVROS DE LEITURA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

*Marcia de Paula Gregorio Razzini*

## INTRODUÇÃO

Uma das maiores dificuldades dos pesquisadores da história do livro e da leitura é estabelecer a biografia do seu objeto de estudo: o livro. Encontrar a primeira edição ou localizar dados de *imprenta* de uma obra (como ano, cidade, editora, edição, as reedições) torna-se, não raro, trabalho demorado e custoso, em busca de pistas e vestígios deixados por livros, autores, editores e leitores, com resultados frustrantes.

Com o livro escolar, o levantamento de dados pode ser ainda mais difícil, devido a três fatores interligados, que podem tornar esse objeto cultural ainda mais ausente das estantes de bibliotecas públicas e particulares, do que outros livros. O primeiro diz respeito à sua materialidade, muitas vezes fragilizada na produção (nem sempre feita com as melhores matérias-primas ou técnicas de impressão) e depois desgastada pelo uso, manuseio e transporte constantes, contribuindo para seu desaparecimento, apesar das grandes tiragens.<sup>1</sup> O segundo motivo refere-se à sua circulação, restrita a um prazo de validade, ainda que seja bem extenso no caso de alguns livros de leitura

---

<sup>1</sup> Hallewell dá notícia do *Livro do povo*, de Antonio Marques Rodrigues, “[...] uma antologia de religião, moral” muito usada pelas crianças brasileiras, publicada no Maranhão em 1861 na casa editorial de José Frias, com tiragem inicial de 4000 exemplares, “[...] que se tornou uma raridade”, ainda que a quinta edição tenha sido de dez mil exemplares (HALLEWELL, 1985). Sobre *O Livro do Povo*, ver Bittencourt (1993, 2008) e a tese de doutorado de Costa (FE-USP, 2013).

(RAZZINI, 2000), pois o livro didático é concebido no bojo de uma cultura escolar datada (JULIA, 2001), destinado a cumprir programas de ensino, tornando-se, portanto, um produto mais perecível e descartável. E o terceiro fator está ligado à sua pouca valorização social, sobretudo quando é tomado como mera *transposição didática* ou simplificação da ciência de referência, e não é considerado como um produto específico, gerado pela cultura escolar (BITTENCOURT, 2003; CHERVEL, 1998), o que também o torna menos digno de ser guardado e conservado.

Contudo, observa-se que tais dificuldades não bloquearam as pesquisas sobre o livro didático, uma vez que, como adverte Dominique Julia, “[...] não devemos exagerar o silêncio dos arquivos escolares”, nem subestimar os pesquisadores, porque “[...] o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira.” (JULIA, 2001, p. 17).

Nesse sentido, muitos trabalhos de pós-graduação centrados na história do livro e da leitura escolar foram produzidos nos últimos 30 anos, beneficiados, principalmente, por dois movimentos distintos, mas convergentes. De um lado, a história cultural e a história do livro e da leitura (CHARTIER, 1990; DARNTON, 1990) abriram espaço para a história do livro didático, em publicações coletivas abrangentes (ESCOLAR SOBRINHO, 1996; MARTIN; CHARTIER; VIVET, 1986; MICHON; MOLLIER, 2001). De outro lado, a aproximação da história da educação com a história social, com a história cultural e com outras áreas do conhecimento significou, para a historiografia da educação, o alargamento de abordagens e fontes (NUNES; CARVALHO, 1993; WARDE, 1984, 1990), logo após o final dos anos 1970, período em que se deu a reconfiguração e fortalecimento da área de história da educação, seja nas universidades, com os programas de pós-graduação, seja na criação de órgãos da administração pública destinados a guardar documentos e a desenvolver pesquisas,<sup>2</sup> seja, ainda, na constituição de associações regionais, nacionais e internacionais, que passaram a reunir pesquisadores, promover discussões e intercâmbio de estudos.<sup>3</sup> Ao mesmo tempo, verifica-se o interesse

<sup>2</sup> O Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) reformulou repartições públicas anteriores e foi concebido em 1976, na França, como órgão de pesquisa e como centro de documentação em educação. Disponível em: <<http://www.inrp.fr/INRP/institut/resolveUId/d14be24c21d0b74afb92d84d7296d9bf>>. Acesso em: 8 ago. 2009 e <[http://www.inrp.fr/internet\\_en/institut/](http://www.inrp.fr/internet_en/institut/)>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>3</sup> O International Standing Conference for the History of Education (ISCHE) foi fundado em 1978. Disponível em: <[http://www.ische.org/?page\\_id=3](http://www.ische.org/?page_id=3)>. Acesso em: 18 out. 2013.

pela constituição de museus e acervos, com o objetivo de preservar o patrimônio histórico educacional (RAZZINI, 2008a), como o Musée National de l'Éducation, da França, reestruturado nos anos de 1980 pelo INRP – Institut National de Recherche Pédagogique,<sup>4</sup> interesse que se viu aumentado a partir dos anos 1990, sendo muitas iniciativas tributárias da ação direta de pesquisadores de história da educação.<sup>5</sup>

Entre os diferentes tipos de acervos que ganharam maior atenção dos pesquisadores em história da educação, destacam-se as coleções de livros, de cadernos e de outros materiais escolares, quer as mais antigas, constituídas em museus, bibliotecas ou escolas normais, quer as mais recentes, formadas em decorrência dos estudos de grupos de pesquisa de história da educação e de outras áreas de educação, história, letras, comunicação.

Junto ao esforço de reunir materialmente obras didáticas, que passaram a ser cada vez mais usadas como fonte e/ou como objeto de pesquisa, procurando atender às necessidades técnicas de conservação, notam-se iniciativas interinstitucionais para concentrar grande quantidade de informações em bancos de dados específicos, cuja divulgação aumentou exponencialmente com a Internet. Entre estas, destacam-se o projeto francês EMMANUELLE,<sup>6</sup> lançado em 1980, pelo Institut National de Recherche Pédagogique (INRP); o projeto espanhol e latino-americano MANES,<sup>7</sup> constituído em 1992 pela Universidad Nacional de Educación a Distancia, depois reformulado no PATRES MANES; o projeto argentino HISTELEA,<sup>8</sup> organizado em 1996 na Universidad Nacional de Luján; o projeto canadense MSQ,<sup>9</sup> inaugurado em 1997 pela Université Laval; e o projeto brasileiro LIVRES,<sup>10</sup> desenvolvido na Universidade de São Paulo, entre 2003 e 2007, do qual fez parte a pesquisa cujos resultados se apresentam neste texto. Alguns desses projetos incluem, ainda, a digitalização

<sup>4</sup> Musée National de l'Éducation – disponível em: <<http://www.cndp.fr/musee/?/corps.php>>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>5</sup> Em 2006, foi inaugurado o Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE), na Espanha, que guarda copioso acervo de livros didáticos reunido ao longo de vários anos pelo Prof. Agustín Escolano Benito. Disponível em: <<http://www.ceince.eu/main.php?id=1>>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.inrp.fr/she/choppin\\_emma\\_banque.htm](http://www.inrp.fr/she/choppin_emma_banque.htm)>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.uned.es/manesvirtual/ProyectoManes/proyecto.htm>>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.histelea.unlu.edu.ar/index.html>>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.bibl.ulaval.ca/ress/manscol/>>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www2.fe.usp.br:8080/livres/>>. Acesso em: 18 out. 2013.

de documentos ou de livros inteiros, o que tem contribuído para a preservação dos mais raros ou daqueles que se encontram em péssimo estado de conservação.

Além do pioneirismo de Alain Choppin (1980), convém assinalar as publicações que fazem um balanço sobre vários aspectos da história do livro didático: *Les Manuels scolaires, histoire et actualité* (CHOPPIN, 1992); *Textbooks in the Kaleidoscope* (JOHNSEN, 1993); *Historia ilustrada del libro escolar em España* (ESCOLANO, 1997, 1998); *L'Imagine e l'ideadi Europa nei manuali scolastici, 1999-1945* (GENOVESI, 2000); e *Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación en América Latina* (OSSENBACH; SOMOZA, 2001); e, na Argentina, sobressaem-se os trabalhos coordenados por Berta Braslawki e Rubén Cucuzza (CUCUZZA; PINEAU, 2002).

No Brasil, as teses de Bittencourt (1993) e Munakata (1997) e o estudo de Tambara (2003) concentram dados abrangentes sobre a produção do livro escolar nacional, seguidos de várias pesquisas de mestrado e doutorado que elegeram um tema, um autor ou uma disciplina escolar, concluídas nas faculdades de educação, história, letras e comunicação.<sup>11</sup>

Ao lado de estudos monográficos, sobre a trajetória de um autor<sup>12</sup> e/ou de suas obras,<sup>13</sup> ou de pesquisas sobre a história de um tema, como a alfabetização,<sup>14</sup> ou, ainda, sobre a história de uma disciplina curricular,<sup>15</sup> ou de práticas escolares,<sup>16</sup> outra forma de abordar a história do livro e da leitura na escola é estabelecer e analisar a produção didática de uma casa editorial, num determinado segmento de tempo, esforçando-se para encontrar as datas da primeira e da última edição das obras recenseadas,

<sup>11</sup> Consultar extensa bibliografia sobre a história do livro e da leitura escolar no Brasil, realizada por Munakata. Disponível em: <<http://www.uned.es/manesvirtual/ProyectoManes/Bibliografia/Documento%20PUC%20Sao%20Paulo.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>12</sup> Sobre a trajetória histórica de um autor, ver, por exemplo as publicações organizadas por Bastos; Cavalcante (2009), sobre Lourenço Filho, e por Razzini (2010a), sobre Antonio Firmino Proença.

<sup>13</sup> Sobre as obras de Lourenço Filho, ver, por exemplo, as publicações de Monarcha; Lourenço Filho (2001), Bertoletti (2007), Cunha (2011).

<sup>14</sup> Sobre a história da leitura na França, ver, por exemplo, o livro de Chartier; Hébrard (1995, 2000); sobre a história da alfabetização, em que o livro escolar é a principal fonte, ver Escolano (1992), para a Espanha; e para o Brasil, ver, por exemplo, Soares (1991, 2002), Mortatti (2000), Perez; Tambara (2003), Frade; Maciel (2006).

<sup>15</sup> Sobre as disciplinas escolares, ver, por exemplo, a obra de Valente (1999), acerca de matemática.

<sup>16</sup> Sobre o uso dos cadernos e as práticas de escrita, ver, por exemplo, o livro de Mignot (2008).

tarefa que demanda muito tempo e esforço, pois, além de reconhecer os livros didáticos entre a produção geral da editora, é necessário relacionar a grande massa de dados com a circulação que tais livros tiveram na escola.

Escolhendo este último caminho, situado entre a macroanálise e a microanálise, segundo termos de Robert Darnton (1992), a pesquisa de pós-doutorado desenvolvida entre 2003 e 2007 focalizou a produção e a circulação de livros escolares no estado de São Paulo, de 1889 a 1940, a partir do exame da produção didática de três editoras: a Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, instalada em São Paulo, no fim do século XIX, e que em 2014 completa 160 anos; a Tipografia Siqueira, de São Paulo, que teve papel relevante no mercado editorial brasileiro, entre 1894 e 1962 e depois foi fechada; e a Editora Melhoramentos, também de São Paulo, que deu início à publicação de obras didáticas em 1907 e continua ativa até os dias de hoje.

O trabalho relacionou a expansão editorial e o circuito do livro didático com a expansão da escola pública elementar paulista, recorrendo a inúmeras fontes e documentos da história da educação, dando destaque, sobretudo, para a contextualização de aprovações e adoções oficiais, visando a contribuir com a história do livro didático brasileiro e com pesquisas que têm o livro e a leitura escolar como fonte e/ou como objeto de análise.<sup>17</sup>

Inseridas no Projeto Temático “Educação e memória: organização de acervos de livros didáticos”,<sup>18</sup> em 2005 foi concluída a pesquisa relativa à Livraria Francisco Alves (RAZZINI, 2005),<sup>19</sup> na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e, em 2007, com apoio da FAPESP, foi finalizada a parte referente à Tipografia Siqueira e à Editora Melhoramentos (RAZZINI, 2007b), junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em

<sup>17</sup> Os resultados da pesquisa serão publicados em livro, que se encontra no prelo da editora Porto de Ideias.

<sup>18</sup> O Projeto Temático financiado pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2003-2007) compreendeu a organização da Biblioteca do Livro Didático (BLD), do banco de dados LIVRES, disponível em: <<http://www2.fe.usp.br:8080/livres/>>. Acesso em: 18 out. 2013, e das pesquisas individuais e coletivas da equipe.

<sup>19</sup> A produção didática da Livraria Francisco Alves em São Paulo também foi tema de artigo da revista eletrônica Língua Escrita (RAZZINI, 2007a), do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, da UFMG. Disponível em: <<http://spress.com.br/nomade/midia/docs/39/phpaU84Ft.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.

Educação: História, Política, Sociedade (EHPS), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.<sup>20</sup>

Este texto apresenta parte da pesquisa que relaciona o considerável aumento da produção e circulação dos livros de leitura da Livraria Francisco Alves, da Tipografia Siqueira e da Editora Melhoramentos, com a expansão da escola pública primária em São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX. O trabalho se baseou no levantamento dos livros didáticos e da produção geral das três editoras, sendo usadas várias fontes de história da educação, além dos próprios livros escolares.

### A IMPORTÂNCIA DOS LIVROS DE LEITURA NO MERCADO EDITORIAL PAULISTA (E BRASILEIRO)

Embora haja pesquisas consolidadas sobre a história da imprensa, do livro e da leitura, no Brasil,<sup>21</sup> dados sistematizados sobre a história editorial e sobre a produção de livros escolares são ainda difíceis de ser obtidos, sobretudo no que diz respeito à trajetória de empresas localizadas fora do Rio de Janeiro, cidade que foi a sede do governo imperial (1822-1889) e republicano, até 1960, como é o caso de editoras estabelecidas em São Paulo, voltadas para a produção didática.

O que mais se repete e fica cristalizado nos trabalhos acadêmicos que focalizam a produção editorial brasileira e, dentro desta, a produção didática, são informações colhidas principalmente em duas fontes: *O livro na educação* (1972), de Pfromm Neto, Rosamilha e Dib; e *O livro no Brasil* (1985), de Lawrence Hallewell, obra reeditada em 2005.

Além de se limitarem a repetir o portentoso conjunto de dados reunidos por Hallewell (dados, aliás, que sempre precisam ser verificados e confrontados com fontes primárias, pois alguns estão incorretos e outros

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/educacao-historia-politica-sociedade>> e <<http://plsq11.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=00717080407URY>>. Acesso em: 18 out. 2013.

<sup>21</sup> A título de exemplo, podem ser destacadas as seguintes publicações: *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (1946), de Carlos Rizzini; *História da imprensa no Brasil* (1966), de Nelson Werneck Sodré; *Formação da leitura no Brasil* (1996) e *O preço da leitura* (2001), de Marisa Lajolo e Regina Zilberman; *Leitura, história e história da leitura* (2000), org. por Márcia Abreu; *Cultura letrada no Brasil* (2005), org. por Márcia Abreu e Nelson Schapochnik; *História da imprensa no Brasil* (2008), org. por Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins; *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros* (2010), org. por Aníbal Bragança e Márcia Abreu.

não foram desenvolvidos pelo pesquisador inglês), muitos trabalhos ainda supervalorizam, como verdades inquestionáveis, as informações fornecidas pelas próprias editoras, em obras comemorativas, cujos objetivos, como se sabe, tendem para a apologia das empresas, de seus proprietários ou editores, visando a alguma necessidade do momento, para o melhor posicionamento ou consolidação de algum segmento no mercado editorial brasileiro.<sup>22</sup>

Tal repetição é comum em nossos trabalhos, provavelmente porque, ao contrário da França, não tivemos muitas pesquisas de história quantitativa sobre a produção dos impressos, o sistema escolar e os índices de alfabetização que fornecessem lastro de dados e fontes para os estudos sobre o livro e a leitura pautados pela história cultural. O resultado é que cada pesquisador precisa construir uma base muito ampla de dados, junto com seu objeto de estudo. Ademais, Lawrence Hallowell teve amplo acesso aos arquivos das editoras, o que hoje é impossível para o grande contingente de pesquisadores das várias áreas, que têm o livro e a leitura como objeto de estudo, uma vez que, por se tratar de empresas privadas, quando ainda existem, elas não dispõem de condições (nem há interesse) para franquear tais arquivos.

Somado a isso está o fato peculiar da descentralização do ensino primário em nosso país, isto é, a convivência de vários sistemas de ensino público, um em cada estado, pois, ao contrário do que ocorreu em países europeus e latino-americanos, que unificaram seus sistemas de ensino elementar no século XIX, no Brasil, após a Independência, embora houvesse a preocupação do governo central de garantir a obrigatoriedade e a gratuidade da instrução pública, conforme determinou a primeira Lei de ensino, de 15 de outubro de 1827, logo em seguida, o Ato Adicional à Constituição do Império, de 12 de agosto de 1834, determinou que a instrução popular deveria ficar a cargo das Províncias, situação que seria perpetuada durante o Império e passaria aos Estados, após a Proclamação da República, constituindo diversos sistemas de ensino num país de dimensões continentais. Assim, paralelamente à legislação nacional, o ensino primário esteve sempre sujeito às leis, vicissitudes políticas e recursos locais de cada unidade do Império ou da Federação.

<sup>22</sup> Donato (1990); Editora Ática (1998); Editora FTD (2003); Editora Nacional (2005).

Essa descentralização do ensino primário não somente torna mais difícil o trabalho de contextualização histórica, dada a variedade de sistemas públicos de ensino que conviveram no país, como também exige maior esforço de cooperação entre os pesquisadores, para localizar, analisar e comparar dados sobre a circulação dos livros didáticos adotados oficialmente, nas escolas de cada região. Daí a importância da constituição de grupos de pesquisa e de associações como a Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf), além da promoção de encontros como o Seminário Internacional sobre a História do Ensino de Leitura e Escrita (SIHELE), com a subsequente circulação de seus resultados.

Pelo que se apurou nas inúmeras fontes e documentos reunidos sobre o livro didático brasileiro, na pesquisa de pós-doutorado mencionada, a produção de livros escolares no século XIX era bem menor nas Províncias, quando comparada com a do Rio de Janeiro, então capital do Império. No que diz respeito a essa produção no estado de São Paulo, nota-se inicialmente a publicação de poucas obras, ligadas ao curso Anexo da Academia de Direito, à Escola Normal, ou às escolas de Primeiras Letras, sendo que alguns títulos saíram dos prelos de jornais da capital ou do interior da Província, após serem aprovados pelos deputados. No final do século XIX, verifica-se, contudo, que a produção de livros escolares, em São Paulo, ganharia forte impulso com o início da expansão da então denominada “educação popular”, voltada para a ampliação do sistema público de ensino primário.

A reforma e a expansão da escola pública elementar no estado de São Paulo, a partir de 1890, promoveram mudanças significativas, ao eleger o modelo de instrução popular que vinha sendo adotado pelos estados nacionais da Europa e América, ao longo do século XIX, ancorado nos princípios da obrigatoriedade, gratuidade e neutralidade religiosa.

As mudanças foram operadas com a inauguração dos Grupos Escolares, espaços especialmente projetados e construídos nas zonas urbanas da capital e cidades do interior para o funcionamento de escolas primárias, sujeitos a uma hierarquia administrativa e ao controle do estado. Desse modo, ao agrupar pequenas escolas pré-existentes num só prédio, o modelo do Grupo Escolar tornava possível a formação de turmas maiores, em torno de 40 alunos por sala de aula, então projetada e mobiliada para

receber essa quantidade de alunos, os quais passaram a ser divididos não somente pelo sexo, mas ainda conforme a idade e os estágios de aprendizagem, o que reorganizou o tempo escolar, agora fracionado em níveis graduados, segundo um programa de estudos pré-estabelecido e comum a todas as escolas do mesmo tipo, em que a duração de cada nível passou a corresponder a um ano letivo, sendo que, salvo oscilações, o curso primário ficou estabelecido em quatro anos (PUJOL, 1896).

Na relação professor-aluno, evitava-se o emprego do modo individual e estimulava-se o modo simultâneo, seja subdividindo a classe em três turmas (A, B e C), no Primeiro Ano, seja adotando-o para toda a sala, nos demais anos do curso primário (SÃO PAULO, 1907-1908), forma de ensino tida também como a mais recomendável para a aplicação do método intuitivo (CALKINS, 1886), processo de aprendizagem que dava importância à intuição, à observação dos objetos e fenômenos por meio dos sentidos (FARIA FILHO, 2000), privilegiando o emprego do desenho e de ilustrações (RAZZINI, 2005, 2007b).

A instrução popular oficial era controlada por meio de legislação específica, de programas curriculares com suas normas de transmissão, da formação dos professores e do uso de materiais escolares autorizados previamente, os quais, por sua vez, tiveram que ser reelaborados ou forjados para se adequarem às novas exigências dos programas, então acrescidos de matérias e conteúdos, oferecidos “intuitivamente”, de maneira gradual e seriada. Além disso, a uniformização e a seriação dos conteúdos e a adoção paulatina do modo simultâneo para toda a turma obrigariam que cada aluno passasse a ter seu próprio material escolar, aumentando a demanda por produtos que se tornariam cada vez mais de uso pessoal, como penas, lápis, ardósias, folhas de papel, cadernos e livros.<sup>23</sup> Vê-se, dessa forma, que uma nova cultura material vai sendo instalada junto a essa cultura escolar moderna.

Entre os materiais determinados oficialmente para uso individual dos alunos, destacam-se os livros de leitura (isto é, cartilhas de alfabetização, livros de leitura corrente ou livros de leitura graduada), o que eximia o governo paulista do fornecimento, aos alunos, de livros didáticos das demais disciplinas, cujo principal destinatário passou a ser o professor (PUJOL, 1896;

<sup>23</sup> Sobre os usos dos materiais escolares na escola primária paulista, ver Barra (2001) e Razzini (2008b).

SÃO PAULO, 1907-1908). Convém frisar que a determinação de adotar apenas cartilhas e livros de leitura para uso dos alunos persistiria na legislação até o final da década de 1930 (SÃO PAULO, 1936-1937), tendência que ficou igualmente evidenciada tanto na verificação das adoções oficiais quanto na apuração da produção didática das três editoras estudadas.

A análise dos programas e horários das aulas dos Grupos Escolares, de 1894 e de 1907, particularizando o tempo empregado em cada matéria, mostrou que o ensino de língua materna, o qual compreendia leitura, linguagem escrita e oral, caligrafia, leitura suplementar e declamação, tinha precedência sobre as demais matérias, sendo a leitura uma prática hegemônica nos quatro anos do curso primário, pois tinha a maior carga horária do currículo.

Tal fato confere, ainda, maior destaque aos livros de leitura, então considerados “[...] os mais poderosos auxiliares para o ensino de língua materna” (SÃO PAULO, 1907-1908), o que, sem dúvida, acirrava a concorrência entre os editores e aumentava o controle governamental sobre eles, pois só poderiam ser adotados nas escolas públicas de São Paulo os livros didáticos previamente autorizados pelo Conselho Superior de Instrução Pública e, depois que este foi extinto (em 1897), os livros escolares eram aprovados ou reprovados pelas sucessivas comissões designadas pelo estado. Alguns livros didáticos, além da aprovação, obtinham também a adoção oficial, o que equivalia ao subsídio garantido do governo, o qual se encarregava de custear uma edição ou de comprar grandes quantidades de exemplares para enviar às escolas públicas.

Depois que os livros chegavam às escolas públicas, o governo incumbia aos professores a tarefa de “[...] conservar em boa guarda os móveis, livros e utensis e quaesquer objetos destinados ás suas escolas, não os podendo distrahir para outros misteres [...]”, estabelecendo multa pecuniária e sanções ao professor que usasse “[...] de livro ou exemplar mandado eliminar do ensino publico [...]” (SÃO PAULO, 1893).

Fora do controle do estado, mas igualmente fundamental para o processo de produção e circulação do livro didático (e de outros materiais escolares de uso individual), era a progressiva (e massiva) mobilidade das matrículas durante o ano letivo, sendo muito alto o número de desisten-

tes. Em 1904, calcula-se que 40% das classes dos Grupos Escolares eram destinadas ao Primeiro Ano (MONARCHA, 1999), sendo que a evasão escolar era proporcionalmente muito maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Da mesma forma, em 1930, registra-se que 52% do total de matrículas do curso primário eram para o Primeiro Ano, 27% para o Segundo, 13% para o Terceiro e só 7% para o Quarto Ano (SÃO PAULO, 1942). Essa condição tornava muito mais atrativo economicamente o segmento editorial dirigido aos iniciantes do curso elementar, fator que se refletia diretamente na tiragem dos livros didáticos e cadernos graduados, que ia diminuindo bastante à medida que o produto era indicado para os níveis mais adiantados do curso primário.

Quanto aos livros de leitura aprovados ou adotados pelo governo de São Paulo para uso nas escolas públicas, percebe-se inicialmente a influência das validações oficiais do Rio de Janeiro, então capital federal, como a tradução do livro *Coração*, de Amicis<sup>24</sup> (REVISTA PEDAGÓGICA, 1891 apud BITTENCOURT, 1993). A preferência maior, no entanto, recaía sobre os livros de leitura de autores que atuavam (ou tinham atuado) no ensino e na imprensa paulista, como João Köpke, Maria Guilhermina, Júlia Lopes de Almeida, Thomaz Galhardo, Tancredo do Amaral e Arnaldo Barreto, aos quais se juntariam depois vários outros nomes nas sucessivas listas de livros autorizados (PUJOL, 1896; REVISTA DE ENSINO, 1902, 1904; SÃO PAULO, 1907-1908, 1918, 1935-1936).

A reforma do ensino, com a constante expansão do sistema oficial de escolas elementares e a preferência pela adoção de autores locais, são apontadas como as principais causas que levaram o editor Francisco Alves a abrir sua primeira filial em São Paulo, inaugurada em abril de 1894 (RAZZINI, 2005, 2007a, 2010b).

A então Livraria Clássica de Alves & Companhia – depois, Livraria Francisco Alves – foi fundada pelo português Nicolau Alves, em 1854, no Rio de Janeiro, destacando-se, desde o início, no segmento escolar do nível secundário e, posteriormente, do primário, sobretudo após Francisco

<sup>24</sup> Para análise e discussão do livro italiano *Coração*, de Amicis, publicado pela Livraria Francisco Alves, em 1891, ver Bastos, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/mariahelenacoracao.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Alves de Oliveira, sobrinho de Nicolau, ter assumido “[...] a direção plena da empresa”, em março de 1883 (BRAGANÇA, 2004).

Os livros de Thomaz Galhardo e de Tancredo do Amaral, que antes eram publicados pela Teixeira & Irmão, a partir de abril de 1894, passaram a fazer parte do catálogo de lançamentos da Livraria Clássica de Alves & Cia.<sup>25</sup> Quanto aos livros de leitura de João Köpke, amplamente adotados no estado de São Paulo, cujas primeiras edições também saíram pela Teixeira & Irmão, desde 1896, passaram para a chancela de Miguel Melillo, pois este comprara a Livraria Paulista dos irmãos Teixeira. Em seguida, foram reeditados pela firma sucessora, a N. Falcone & Cia (1904), até que, finalmente, quando esta última foi adquirida pela Livraria Francisco Alves, em 1908, os livros de leitura de João Köpke continuariam sua longa trajetória, ao menos até o final da década de 1940 (HALLEWELL, 1985, p. 211; RAZZINI, 2005, 2007a).

A entrada da Alves & Cia no mercado paulista pode ser considerada, portanto, como um empreendimento muito bem sucedido, cujo capital investido seria multiplicado por Francisco Alves, devido ao constante crescimento do sistema público de ensino primário.

A grande expansão do catálogo da Livraria Francisco Alves, entre 1894 e 1917, período que compreende a inauguração da filial de São Paulo e a morte de Francisco Alves, contou com a entrada de muitos autores que atuavam no ensino primário e secundário de São Paulo (RAZZINI, 2005). Dos 264 títulos didáticos lançados nesse período, 72 obras eram de autores atuantes no ensino paulista. Entre estas, destacam-se 44 livros de leitura, os quais viriam a reforçar bastante o catálogo da Livraria Francisco Alves, não somente pela aprovação oficial em São Paulo, mas também porque eram títulos gerados dentro de um sistema de ensino que começara a servir de modelo para as reformas de outros estados, fornecendo, inclusive, mão de obra especializada para a instalação de sistemas similares nos estados de Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Piauí e Santa Catarina (RAZZINI, 2005, 2007a). Tais cartilhas e livros de leitura tinham, portanto, grande potencial de adoção em outros estados, como se

<sup>25</sup> Thomaz Galhardo assinou contrato com a Alves & Comp. em 3 de abril de 1894, para a publicação da *Cartilha da infância* e, em 6 de setembro de 1894, para a publicação do *Segundo livro de leitura* (BRAGANÇA, 2000).

constatou no caso das cartilhas adotadas em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso (FRADE; MACIEL, 2006).

Os 11 autores e respectivas obras publicadas pela Livraria Francisco Alves são: Tancredo do Amaral (*História do Estado de S. Paulo*, 1894; *Geografia Elementar*, 1895; *Analectos Paulistas*, 1896; *O Estado de S. Paulo*, 1896; *Livro das Escolas*, 1913), Thomaz Galhardo (*Cartilha da Infância*, 1895; *Segundo*, 1895 e *Terceiro Livro de Leitura*, 1906), Arnaldo Barreto (*Primeiras Leituras*, 1908; *Cartilha Analítica*, 1909; *Leituras Moraes*, 1909; *Cartilha das Mães*, 1911), Romão Puiggari (*Cousas Brasileiras*, 1895; *Album de Gravuras*, 1898 e, com Arnaldo Barreto, *Série Puiggari-Barreto*, *Primeiro*, 1909; *Segundo*, 1911; *Terceiro*, 1911 e *Quarto Livro de Leitura*, 1909), Ramon Roca (*Pequenas Leituras*, 1913), Alfredo Bresser (*Leitura Manuscripta*, 1909, com Romão Puiggari e Ramon Roca, sob a sigla BPR, das iniciais dos sobrenomes), João Köpke (*Fábulas*, 1910; *Leituras Práticas*, 1915; e *Primeiro*, 1908; *Segundo*, 1908; *Terceiro*, 1908; *Quarto*, 1908 e *Quinto Livro de Leituras Moraes e Instrutivas*, 1911), Diogo Esteves da Silva (*Instrução Moral*, 1897), Mario Bulcão (*Vida Infantil – Primeiro*, 1906; *Segundo*, 1906; *Terceiro*, 1906 e *Quarto Livro*, 1906), Francisco Viana (*Leituras Infantis – Cartilha*, 1912; *Histórias para Pequeninos*, *Leitura Preparatória*, 1909; *Primeiro*, 1908; *Segundo*, 1908 e *Terceiro Livro*, 1908; *Primeiros Passos na Leitura*, 1915; *Aprendizagem da Leitura*, 1916; *CADERNOS de Linguagem*, 1909) e Rita de Macedo Barreto (*Corações de Crianças – Leituras Preparatórias*, 1914; *Primeiro*, 1913; *Segundo*, 1913; *Terceiro*, 1913 e *Quarto Livro*, 1916).

É importante assinalar o movimento de transferência de obras publicadas por pequenas editoras da capital paulista para a Livraria Francisco Alves, a qual se tornaria a maior editora brasileira de livros didáticos, especialmente a partir de 1908, com sucessivas aquisições e associações com outras editoras, porque grande parte dos livros de leitura citados acima já tinha sido testada por editoras menores de São Paulo, como a Teixeira e Irmão (da Livraria Paulista, e seus sucessores, Mellilo e Falcone), a Costa & Santos (da Livraria Civilização) e a Tipografia Siqueira, outra empresa que se destacou no mercado de livros escolares (HALLEWELL, 2005, p. 330-331).

As atividades da Tipografia Siqueira<sup>26</sup> tiveram início em 1894, com a publicação de relatórios oficiais e de obras destinadas à Academia de Direito, mas, logo em seguida, apareceram vários títulos direcionados ao ensino elementar, especialmente de educadores vinculados à Escola Normal da capital e à administração pública de ensino. No total, foram localizados 346 títulos, publicados de 1894 a 1962, sendo 55 destinados ao ensino elementar e 43 dirigidos ao ensino secundário, que incluía o Curso Normal.

Os negócios da Tipografia Siqueira com o governo paulista incluíam, além do fornecimento de “livros em branco” para escrituração administrativa, a publicação de obras oficiais extensas, como os *Anuários de Ensino*, cujo primeiro número saiu em 1908, fartamente ilustrado com fotografias de Escolas Normais e de Grupos Escolares do estado e documentado com quadros estatísticos, sobretudo porque foi concebida como obra a ser apresentada na grande Exposição Nacional, do Rio de Janeiro, que comemorou o centenário da abertura dos portos do Brasil, por D. João (SÃO PAULO, 1907-1908, p. VI).

Com relação aos livros de leitura da Tipografia Siqueira,<sup>27</sup> foram localizados 23 títulos publicados entre 1900 e 1927 de autores oriundos do sistema de ensino paulista: Arnaldo Barreto (*Leituras Moraes*, 1900; *Cartilha das Mães*, 1901; *A Pobre Abelhinha*, 1926), Romão Puiggari (*Álbum de Gravuras*, 1901; *Cousas Brasileiras*, 1901), Alfredo Bresser (*Leitura Manuscrita*, 1901, com Romão Puiggari e Ramon Roca, sob a sigla BPR, correspondente às iniciais dos sobrenomes), João Pinto e Silva (*Historietas*, 1901; *Cartilha do Lar*, 1914; *Leituras Nacionaes*, 1902; *Minha Pátria – Segundo*, 1914 e *Terceiro Livro*, 1914; *Meus Deveres – Segundo*, 1926; *Terceiro*, 1914 e *Quarto Livro*, 1926), Ramon Roca (*Cartilha Moderna*, 1902), Mariano de Oliveira (*Novas Leituras – Segundo*, 1927 e *Terceiro Livro*, 1914, com Ramon Roca), Carlos Alberto Gomes Cardim (*Cartilha Infantil*, 1919; *Tradições Nacionaes*, 1914; *Comemorações Cívicas as Festas Escolares*, 1916)

<sup>26</sup> A Tipografia Siqueira teve várias denominações: Typographia a vapor Espindola, Siqueira & Comp., de 1894 a 1905; Typ. Augusto Siqueira & Comp., de 1906 a 1922; Siqueira, Salles & Comp., em 1910; Siqueira, Nagel & Comp., de 1911 a 1915; Siqueira, Salles Oliveira, Rocha & Comp., de 1927 a 1933; Typographia Siqueira, de 1912 a 1947; Casa Siqueira, Salles Oliveira & Cia. Ltda., em 1934; Gráfica Siqueira e Indústria Gráfica Siqueira S/A, nos anos de 1950 até 1962 (RAZZINI, 2007b).

<sup>27</sup> As datas de publicação se referem aos exemplares localizados em acervos e bibliotecas, maneira pela qual foi reconstituída a história e a produção didática da Tipografia Siqueira, por se tratar de editora que não existe mais (RAZZINI, 2007b).

e Theodoro de Moraes (*Cartilha do Operario*, 1918; *Meu Livro Primeiras Leituras*, 1920).

A Tipografia Siqueira destacou-se, ainda, por ter sido durante várias décadas a casa impressora da Coleção FTD, sigla que homenageava o Frère Théophane Durand. Os livros didáticos dessa coleção, elaborados pela Congregação Marista do Brasil, a partir de 1902, foram inicialmente impressos na cidade francesa de Lyon, pela tipografia de Emmanuel Vitte. Sua boa aceitação em outras escolas confessionais do país, além dos colégios Maristas de São Paulo, Rio de Janeiro e Congonhas do Campo (MG), fez com que os Irmãos Maristas fizessem contrato de distribuição com a Livraria Francisco Alves, em 1906, e, quando aumentaram as dificuldades com a distância do impressor, em 1908, as obras passaram a ser impressas também em São Paulo, pela Tipografia Siqueira. Em 1963, “a Coleção FTD” seria “transformada em Editora FTD S/A” e, anos mais tarde, ela se tornaria uma das maiores editoras brasileiras especializadas no segmento didático e paradidático e em “[...] livros de literatura para uso na escola” (RAZZINI, 2007b).

A Editora Melhoramentos se destacou igualmente no segmento de livros didáticos, desde o início de suas atividades. A sociedade com o conterrâneo Bühnaeds, natural da cidade alemã de Hamburgo, introduziu os irmãos Weiszflog nas artes gráficas, em 1899, na capital paulista. Em 1905, os Weiszflog compraram a parte de Bühnaeds e, sob a denominação de “Estabelecimento Graphico Weiszflog Irmãos & Comp.” (DONATO, 1990), saiu em 1907 a primeira publicação da casa, a *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, então professor do Ginásio do Estado, cujo exemplar foi localizado no IEB – Instituto de Estudos Brasileiros, da USP. O direcionamento dos negócios para o mercado escolar continuou em 1909, quando foram publicados os *Mappas Parker* “[...] para o ensino de Arithmetica”, e os cadernos de *Caligrafia Vertical*, de Francisco Viana, coleção que teria sucesso duradouro, atingindo centenas de edições, em 1990, com mais de 51 milhões de exemplares produzidos (RAZZINI, 2007b).

Somente em 1915 é que seria lançado *O Patinho Feio*, de Hans Christian Andersen, livro considerado equivocadamente a primeira publicação da Editora Melhoramentos (HALLEWELL, 1985, p.257; DONATO, 1990, p. 44-50; RAZZINI, 2007b), obra ilustrada por Frans Richter

e adaptada por Arnaldo de Oliveira Barreto, organizador deste e dos volumes seguintes da Biblioteca Infantil, coleção que foi indicada para “leitura complementar” nas escolas primárias paulistas (SÃO PAULO, 1918).

A opção dos irmãos Weiszflog pelo segmento didático fica patente, ainda, no catálogo da editora de 1917, quando foram apresentados 49 títulos, entre livros e outros materiais de ensino (inclusive nove títulos da Biblioteca Infantil), todos reunidos em duas páginas, enfeitados pelo título na capa “Weiszflog Irmãos, Lista de Preços de Livros Escolares, Edições da Casa, 1-7-17”. Até o final de 1920 – antes, portanto, da fusão com a Companhia Melhoramentos de São Paulo –, os irmãos Weiszflog já haviam publicado 27 livros didáticos, sendo 15 para o ensino secundário e 12 para o ensino primário (RAZZINI, 2007b). Entre estes últimos, seis eram livros de leitura, sendo três de Mariano de Oliveira<sup>28</sup> (*Nova Cartilha Analítico-sintética*, 1916; *Páginas infantis*, 1916; e *Nova Cartilha Ensino Rápido da Leitura*, 1917); e três de Erasmo Braga (*Leitura I*, 1919; *Leitura II*, 1919; e *Leitura III*, 1921).

De uma perspectiva mais ampla da produção, da quantidade de lançamentos, até 1940, e sem considerar as reedições que, no caso das cartilhas e livros de leitura graduada, foram inúmeras, verifica-se que, do total de títulos lançados, os livros de leitura ocupam parcela muito significativa na produção geral das três editoras, desde o início de suas atividades, ainda que correspondam a períodos diferentes: de 1854 até 1940, para a Francisco Alves; de 1894 até 1962, para a Siqueira; e de 1907 a 1940, para a Melhoramentos. O quadro a seguir mostra essa representatividade na produção geral dessas empresas:

---

<sup>28</sup> A *Cartilha Ensino Rápido da Leitura* teve trajetória excepcional, na Melhoramentos, com 2.230 edições, até 1996, com mais de 6 milhões de exemplares produzidos, marca que seria ultrapassada apenas pela *Cartilha do Povo* (1928), de Manoel Bergström Lourenço Filho, que teve 2.204 edições e mais de 11 milhões de exemplares produzidos até 1994 (RAZZINI, 2007b).

Tabela 1 – Produção de livros didáticos e livros de leitura.

EDITORA	Livros de Leitura do Primário	Livros Didáticos do Primário	Livros Didáticos do Secundário	Subtotal Livros Didáticos P+S	Outros (Não Didáticos)	Total
<b>Livraria Francisco Alves (1854-1940)</b>	196	<b>318</b>	307	625	434	<b>1059</b>
%	61,6%	<b>100%</b>		59%	41%	<b>100%</b>
<b>Tipografia Siqueira (1894-1962)</b>	48	<b>62</b>	48	110	241	<b>351</b>
%	77,4%	<b>100%</b>		31,3%	68,7%	<b>100%</b>
<b>Editores Melhoramentos (1907-1940)</b>	27	<b>151</b>	132	283	569	<b>852</b>
%	17,8%	<b>100%</b>		33,2%	66,7%	<b>100%</b>

Fonte: RAZZINI, 2005 e 2007b.

Se, junto disso, forem consideradas as constantes reedições das cartilhas de alfabetização e dos livros de leitura, nas primeiras décadas do século XX, fica patente o fato de que os livros de leitura se constituíram como principal produto da Livraria Francisco Alves, da Tipografia Siqueira e da Editora Melhoramentos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle da instituição patrocinadora da educação sobre o livro didático sempre fez parte da história desse objeto cultural, no ensino religioso, leigo, público ou privado. Daí a necessidade da frequente composição entre os que estão na ponta da produção (autores e editores) e os agentes encarregados da aprovação oficial dos livros para uso dos seus consumidores finais, alunos e professores. No Brasil, registra-se que essa função reguladora foi exercida pela Companhia de Jesus, pela metrópole portuguesa e, depois da Independência, pelos governos centrais, provinciais e estaduais.

Em São Paulo, desde o início da República, o governo controlou a adoção dos livros didáticos nas escolas públicas primárias, quer sob a alegação da necessidade de uniformização do ensino, quer porque legislava sobre programas e currículos, quer porque se convertera em principal comprador do produto. Assim, além da construção ou adaptação de prédios e do fornecimento do mobiliário, que obedeciam aos preceitos higienistas, a legislação previa que o governo providenciaria outros materiais escolares, sendo que os livros didáticos, depois de passarem pelo crivo do governo, seriam destinados aos alunos mais carentes.

O aumento e a variedade de títulos aprovados não deixam claro o principal fator do controle estatal na adoção de livros didáticos, que era o estabelecimento de que somente os livros de leitura deveriam ser destinados ao uso dos alunos. As adoções oficiais apontaram, ainda, que os autores selecionados eram, sem exceção, ou professores formados pela Escola Normal da Capital ou educadores ligados ao ensino paulista, que seguiam, portanto, as novas diretrizes da reforma.

No início do século XX, o ritmo de produção dos livros de leitura aumentou sensivelmente, junto com o oferecimento de vagas nos Grupos Escolares, tendência que pode ser averiguada nos dados sobre a expansão escolar, na constante ampliação das listas de livros aprovados pelo governo e no lançamento cada vez maior, pelas editoras analisadas, de títulos de autores que atuavam no ensino público paulista.

Os dados também não deixam dúvidas sobre a precedência do ensino de língua materna sobre as outras matérias do currículo e a maior importância da leitura sobre as demais práticas escolares, características que, somadas à determinação oficial de que somente os livros de leitura podiam ser destinados ao uso dos alunos, configuravam o principal filão do mercado de livros escolares, restrito aos livros de leitura concebidos para os alunos dos anos iniciais do curso primário, por causa da alta taxa de evasão dos últimos anos.

Por conseguinte, os livros didáticos para o ensino público primário que emergem desse controle estatal e dessa realidade de mercado com estrondoso sucesso de vendas são as cartilhas de alfabetização e os primeiros volumes dos livros de leitura graduada, complementados por outros

impressos, tais como as coleções de cadernos de caligrafia, de cartografia, de linguagem e de desenho, cujas tiragens eram igualmente mais robustas nos volumes dirigidos aos anos iniciais do curso primário.

Compreende-se, desse modo, o poder econômico e simbólico que alcançaram os livros de leitura, nas primeiras décadas do século XX, a proporção que ocuparam, no faturamento das editoras, e a importância que passaram a significar, no segmento de livros didáticos e no mercado editorial brasileiro, uma vez que tais obras tinham grande potencial de adoção nos estados que vinham implementando reformas de ensino similares.

## REFERÊNCIAS

BARRA, V. M. *Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX*. 2001. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BASTOS, M. H. C. Leituras de formação. *Coração* de Edmundo de Amicis (1886). In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: FCRB: UFF, 2004. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/mariahelenacoracao.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

BASTOS, M. H. C.; CAVALCANTE, M. J. M. (Org.). *O Curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará*. Campinas: Alínea, 2009.

BERTOLETTI, E. N. M. *Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do Povo e da Cartilha Upa, Cavalinho!* São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 369 f. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. T.; RANZI, S. F. (Org.). *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 9-38.

\_\_\_\_\_. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRAGANÇA, A. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, M. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2000. p. 451-476.

\_\_\_\_\_. Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: FCRB: UFF, 2004. Disponível em: <<http://livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/anibalbraganca.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.

CALKINS, N. A. *Primeiras lições de coisas*. Adaptação e tradução Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CHARTIER, A. M.; HÉBRARD, J. *Discursos sobre a leitura 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. *Discours sur la lecture, 1880-2000*. 2. éd. revue et augmentée. Paris: Fayard-BPI, 2000.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, A. *La culture scolaire*. Paris: Belin, 1998.

CHOPPIN, A. L'histoire des manuels scolaires: une approche globale. *Histoire de l'Éducation*, Paris, n. 9, p. 1-25, déc. 1980.

\_\_\_\_\_. *Les manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette Éducation, 1992.

COSTA, O. A. *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)*. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24042013-134450/pt-br.php>>. Acesso em: 19 out. 2013.

CUCUZZA, R. (Dir.); PINEAU, P. (Codir.) *Para uma historia de la enseñanza de la lectura y escritura em Argentina: del catecismo colonial a La Razón de mi Vida*. Buenos Aires: Niño y Dávila, 2002.

CUNHA, M. T. S. Das mãos do autor aos olhos do leitor: um estudo sobre livros escolares: a série de leitura graduada Pedrinho de Lourenço Filho (1950/1970). *História*, Franca, v. 30, n. 2, p. 81-99, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a05v30n2.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2013.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. História da leitura. In: BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 199-236.

DONATO, H. *100 anos de Melhoramentos: 1890-1990*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

EDITORA ÁTICA. *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo, 1998.

EDITORA FTD. *FTD 100 anos fazendo o amanhã*. São Paulo, 2003.

EDITORA NACIONAL. *Homens e livros*. São Paulo, 2005.

ESCOLANO BENITO, A. (Dir.). *Leer y escribir em España: doscientos años de alfabetización*. Madrid: Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez: Pirámide, 1992.

\_\_\_\_\_. (Dir.). *Historia ilustrada del libro escolar em España: del antiguo Régimen a la Segunda República*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1997. v. 1.

\_\_\_\_\_. (Dir.). *Historia ilustrada del libro escolar em España: de la postguerra a la reforma educativa*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1998. v. 2.

ESCOLAR SOBRINHO, H. *Historia ilustrada del libro español*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993-1996. 3 v.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F. I. P. (Org.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006.

GENOVESI, G. *L'Immagine e l'ideadi Europa nei manuali scolastici, 1999-1945*. Miláno: Franco Angeli, 2000.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*. São Paulo: EdUSP: T. A. Queirós, 1985.

\_\_\_\_\_. *O livro no Brasil*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2005.

JOHNSEN, E. B. *Textbooks in the kaleidoscope: a critical survey of literature and research on educational texts*. Ósló: Scandinavian University Press, 1993.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MARTIN, H. J.; CHARTIER, R.; VIVET, J.P. *Histoire de l'édition française*. Paris: Promodis, 1986. 4 v.

MICHON, J.; MOLLIER, J. Y. (Dir.) *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*. Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval; Paris: L'Harmattan, 2001.

MIGNOT, A. C. V. (Org.). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.

MONARCHA, C. *Escola normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

MONARCHA, C.; LOURENÇO FILHO, R. *Por Lourenço Filho: uma biobibliografia*. Brasília, DF: INEP, 2001. Disponível em: <[http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/biobibliografia\\_v1\\_204.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/biobibliografia_v1_204.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2013.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994*. Brasília, DF: MEC/INEP/COMPED; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

- MUNAKATA, K. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. 217 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. *Historiografia da educação e fontes. Cadernos ANPED*, Porto Alegre, n. 5, p. 7-64, set. 1993.
- OSSENBACH, G.; SOMOZA, M. *Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación en América Latina*. Madrid: UNED, 2001.
- PERES, E.; TAMBARA, E. (Org.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX – XX)*. Pelotas: Seiva, 2003.
- PFROMM NETTO, S.; ROSAMILHA, N.; DIB, C. Z. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor: INL, 1972.
- PUJOL, A. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado de São Paulo em 30 de Março de 1896*, pelo Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Publica. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1896.
- RAZZINI, M. P. G. *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de Português e de Literatura (1838-1971)*. 2000. 442 f. Tese (Doutorado em Letras)-Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Livro didático e expansão da escola pública elementar em São Paulo (1889-1920): a Livraria Francisco Alves*. 2005. Relatório de Conclusão (Estágio de Pós-Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Livro didático e expansão escolar em São Paulo (1889-1930). Língua Escrita: revista eletrônica do CEALE*, Belo Horizonte, 2007a. Disponível em: <<http://spress.com.br/nomade/midia/docs/39/phpaU84Ft.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Produção de livros didáticos e expansão da escola pública elementar em São Paulo na Primeira República: a Tipografia Siqueira e a Editora Melhoramentos*. 2007. Relatório de Conclusão (Estágio de Pós-Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Acervos e pesquisas em história da educação: das vitrines do progresso aos desafios da conservação digital. História da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 131-151, maio/ago. 2008a. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29063/pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Instrumentos de escrita na escola elementar: tecnologias e práticas*. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008b. p. 91-113.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Antonio Firmino de Proença: professor, formador, autor*. São Paulo: Porto de Ideias, 2010a.

- \_\_\_\_\_. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010b. p. 101-120.
- REVISTA DE ENSINO. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, out. 1902.
- \_\_\_\_\_. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, jun. 1904.
- SÃO PAULO (Estado). *Actos do poder executivo*. Decreto 218, de 27 de novembro de 1893. Approva o regulamento da instrução publica. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1893.
- \_\_\_\_\_. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira, 1907-1908.
- \_\_\_\_\_. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Augusto Siqueira, 1918.
- \_\_\_\_\_. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tip. Siqueira, 1935-1936.
- \_\_\_\_\_. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, 1936-1937.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial, 1942.
- SOARES, Magda. *Metamemória-memórias: travessia de uma educadora*. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- TAMBARA, E. *Bosquejo de um Ostensor do repertório de textos escolares, utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas: Seiva, 2003.
- VALENTE, W. R. *Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)*. São Paulo: Annablume, 1999.
- WARDE, M. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 3, n. 23, p. 1-6, 1984.
- \_\_\_\_\_. Contribuições da história da educação. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 9, n. 47, p. 3-11, 1990.

